



CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO RN

ATA DA 159ª REUNIÃO DO COSEMS/RN Reunião ordinária de 21 de SETEMBRO de 2011 Auditório da SESAP/RN

1 Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e onze, às nove horas e nove
2 minutos, teve início a centésima quinquagésima nona reunião ordinária do Conselho de
3 Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte, no Auditório da SESAP, sob a
4 Presidência de **SOLANE COSTA**. Feita a leitura da ata da última reunião, a mesma foi
5 aprovada sem ressalvas. **NEUMAN AZEVEDO** – Secretária Geral do COSEMS/RN, em
6 nome de todos, agradeceu a Presidente pela isenção na taxa de inscrição para a
7 participação no XII Congresso de Prefeituras e Secretarias Municipais de Saúde do RN
8 para todos os membros titulares e suplentes do Conselho Diretor. Em seguida, conforme
9 solicitação de **VANDERLÉI ARAÚJO** – SMS/Jaçanã, o mesmo apresentou a justificativa
10 de solicitar para discussão, a questão do rateio entre os municípios partícipes do
11 Consórcio, deixando claro sua insatisfação de ter tomado conhecimento desse fato,
12 através da mídia e ainda de ter que devolver um recurso que não recebeu e de que não
13 foi prestado serviço algum. **SELMA SANTIAGO** – Diretora Executiva do COPIRN (antes
14 chamado de COPIS/RN), convidada pelo COSEMS para prestar esclarecimentos,
15 agradeceu o convite, lembrando que a Cooperativa sempre esteve à disposição para
16 informações. Fez uma breve retrospectiva do processo para adesão ao Consórcio Público
17 pelas Prefeituras desde a aprovação do Projeto pela CIB até o Procedimento de seleção
18 de profissionais para atuar no SAMU 192. Ressaltou que com a rescisão *unilateral* do
19 Contrato pela Secretária de Estado da Saúde com o COPIRN e de acordo com o Contrato
20 de rateio assinados pelos Entes consorciados, ou seja - as Prefeituras, as obrigações
21 financeiras que ocorrer com as atividades do Consórcio serão divididas
22 proporcionalmente. Feitas as devidas divisões, **SELMA SANTIAGO**, informou que o total
23 para cada consorciado é de mil e quatrocentos reais podendo ser pagas em uma parcela
24 única ou parcelados em até cinco vezes, desde que seja pago até o prazo final de
25 dezembro de dois mil e onze. Essa decisão foi corroborada em Assembleia com a
26 presença do Ministério Público e Prefeituras. Concluindo, a Diretora do COPIRN se
27 colocou a disposição para apresentar em outra plenária, os itens apontados como “
28 irregularidades” pelo Governo da atual gestão de saúde e as justificativas elaboradas
29 pela Assessoria Jurídica do Consórcio. Aberto para posicionamentos, os presentes
30 manifestaram preocupação quanto à forma para justificar o pagamento, uma vez que não
31 existe dotação orçamentária. É sugerido, para que o rateio seja justo, ser considerado o
32 número de habitantes de cada município. Como encaminhamento final é sugerido que
33 leve para assessoria jurídica de cada município analisar uma forma orçamentária de
34 pagamento e que seja solicitado a possibilidade de realizar outra assembleia para
35 discutir a proporcionalidade do rateio. Seguindo para o próximo ponto da pauta,
36 **SOLANE COSTA**, convidou **HUGO MOTA** - Coordenador da Estratégia Saúde da Família
37 - CPS/SESAP/RN para esclarecer alguns pontos sobre as Portarias 2.027 que trata da
38 flexibilização da carga horária dos médicos das Equipes do Programa Saúde da Família.
39 O Coordenador apresentou em slides críticas à Portaria 2027, enfatizando que a portaria
40 não cumpre a função de fixar o profissional, oficializa uma prática que já ocorre, cria um

41 atrito desnecessário entre os membros da equipe e torna mais problemática a questão da
42 formação do vínculo, do processo de trabalho, criando uma sobrecarga de trabalho sobre
43 o enfermeiro. Finalizou apresentando as novas configurações que a portaria propõe. Com
44 os questionamentos dos presentes, a discussão passou a incluir a Portaria nº 1.654, que
45 institui incentivo financeiro para o componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica
46 Variável e suas respectivas particularidades. **A conclusão final dos presentes foi de**
47 **que a Portaria é incongruente e não visibilizam a possibilidade de garantir o que**
48 **trata a portaria, especificamente quanto a infra estrutura e recursos necessários.** O
49 Coordenador da Estratégia Saúde da Família, informou que essa preocupação não é só
50 do RN e que levará para a reunião da Câmara Técnica do CONASS, que acontecerá a
51 tarde, em Brasília, essa ansiedade. O tema continuará na pauta da próxima reunião,
52 aguardando novos posicionamentos. Em seguida, **SOLANE COSTA**, informou o trâmite
53 operacional para a realização do XII Congresso de Prefeituras e Secretarias Municipais
54 de Saúde e sua intenção de prestar homenagem este ano ao primeiro Presidente deste
55 Colegiado, primeiro Secretário Municipal de Saúde do Natal e primeiro membro da
56 Diretoria Nacional do CONASEMS, **Dr. IVIS BEZERRA**. Todos foram unânimes pela
57 aprovação da escolha. A pauta da CIB foi apresentada sem polêmicas. **SOLANE**
58 **COSTA**, informou ainda que o **COSEMS/RN** solicitou convênio no valor de trinta e
59 **nove mil reais, através da Educação Permanente/SESAP para gastos no referido**
60 **evento, e será apresentado na reunião da CIB/RN, para aprovação.** Em informes
61 gerais, **Dr. VALBERTO ARAÚJO**, informou sobre a instalação do Centro Avançado de
62 Oftalmologia em Goianinha e os serviços oferecidos pela instituição. Dando continuidade,
63 **SUELDO QUEIROZ** – Diretor Técnico do CRI solicitou aos municípios que fazem parte
64 da Rede de "Pessoa com Deficiência" que ainda não entregaram o relatório, para
65 providenciar o quanto antes a fim de concluir o processo de consolidação dos dados.
66 Solicitou ainda que os Municípios que receberam o Termo de Contribuição/COSEMS/RN,
67 assinem e devolvam para que possamos encaminhar ao Fundo Nacional para
68 autorização do desconto. Dando continuidade, **SOLANE COSTA**, apresentou o
69 Coordenador Administrativo e Financeiro da SMS/São José do Mipibu, **CARLOS**
70 **ALBERTO**, que prestou esclarecimentos quanto ao emprego correto do Decreto que
71 determina pagamento on-line para fornecedores, prestadores e folha de pagamento,
72 pondo fim a emissão de cheques. Ressaltou determinações quanto a isenção da taxa de
73 transferência ao Banco, cadastramento dos fornecedores e prestadores, exclusão de sub-
74 contas entre outros. A Presidente, sugeriu solicitar ao Tribunal de Contas do Estado, a
75 realização de treinamento para os Secretários Municipais de Saúde e de Finanças, a fim
76 de dirimir mais dúvidas pertinentes a nova deliberação. Em seguida **TEREZINHA REGO**,
77 informou sobre a realização da Oficina de Avaliação e Instituição do Desenho Regional,
78 com objetivo de discutir a organização das redes de atenção e diretrizes das Regiões de
79 saúde. Informou que foi encaminhado aos Gestores, via e-mail, material para nortear as
80 discussões, inclusive planilha para ser preenchida e entregue a Coordenação de
81 Planejamento no dia da Oficina, correspondente a data da participação de sua região.
82 Concluindo a pauta, **TEREZINHA REGO**, informou que a Coordenadoria de Planejamento
83 está estudando uma possível data para se reunir com os Secretários, a fim de definir a
84 atualização da Câmara de Compensação/PPI. Sobre as cirurgias eletivas, informou que a
85 portaria foi publicada com os recursos previstos por componente e que o RN elaborará o
86 Plano Estadual de Cirurgias Eletivas, partindo das discussões nas Regiões. **JAILMAR**
87 **JARGAS** – SMS/Cerro Corá e Suplente da IV Região, enviou justificativa de ausência.
88 **SUELDO QUEIROZ**, repassou informações sobre o Mestrado profissional em Saúde da
89 Família, promovido pelo NESC/UFRN. Nada mais havendo a tratar, **SOLANE COSTA**,
90 encerrou a reunião. Fim. Natal, 21 de setembro de 2011.